

A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO PLURICULTURAL, NAS ESCOLAS BRASILEIRA

Ciro Carlos Antunes

Mestre em Língua Portuguesa – PUC - SP. Professor de Educação Superior: Prática de Formação / Estágio Supervisionado – Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail:

c.albuquerque@bol.com.br.

Ana Aparecida Antunes Cordeiro

Graduada em Administração pelo Centro Universitário Assunção (UNIFAI). Especialização em Gestão Educacional e Escolar pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP (em andamento); Programa de Formação Continuada: licenciatura em Língua Portuguesa (Formação Pedagógica para Docentes) - Faculdade Paulista São José (FPSJ); - Supervisão Pedagógica – Portal da Educação e em Docência do Ensino Superior – Centro Educacional Sul Mineiro Ltda-ME.

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre a problemática da diversidade cultural nas escolas, as consequências dessa interação de culturas, assim como, os desafios que se colocam aos educadores-professores e quais as táticas que estes podem empregar em relação às suas práticas educativas para preencher de certas dificuldades que nelas possam surgir e para facilitar uma maior integração dos educandos das diversas linhagens culturais nos estabelecimentos de ensino. O multiculturalismo é um tema bastante, pertinente e atual, tanto no âmbito social, quanto no contexto escolar. A década de 90 foi marcada grandes debates acerca da importância da diversidade cultural brasileira. Tal efeito é resultado do reconhecimento tem fundamentação constitucional do país como Estado pluricultural e pluriétnico. Essa discussão possibilitou, uma aproximação dialogal entre as áreas do conhecimento – educação e antropologia - introduzindo uma reflexão acerca do reconhecimento da diversidade cultural brasileira, sendo a educação educacional como uma instituição responsável por promovê-lo.

Palavras-chave: Educação escolar; Diversidade cultural; Políticas de reconhecimento.

ABSTRACT: The objective of this article is to reflect on the problems of cultural diversity in schools, the consequences of this interaction of cultures, as well as the challenges faced by educators-teachers and what tactics they can use in relation to their educational practices To fill certain difficulties that may arise in them and to facilitate the greater integration of learners of different cultural lines in educational establishments. Multiculturalism is a very pertinent and current theme both in the social sphere and in the school context. The decade of 90 was marked great debates on the importance of the Brazilian cultural diversity. Such effect is the result of the recognition has constitutional foundation of the country as a pluri-cultural and multi-ethnic state. This discussion enabled a dialogical approach between the areas of knowledge - education and

anthropology - introducing a reflection about the recognition of Brazilian cultural diversity, with educational education as an institution responsible for promoting it.

Key words: School education; Cultural diversity; Recognition policies.

A educação pluricultural pauta-se em patrimônio material e imaterial de um povo, cuja nação é formada pela diversidade cultural e étnica onde as pessoas que nela residem carregam consigo princípios e valores que muitas vezes não são reconhecidos. Logo, se tem políticas que subjazem, orientam esses mecanismos culturais. Essa iniciativa busca-se um horizonte no básico da educação brasileira e se especifica na estrutura vertical, tem como cunho o homem pela sua cor (miscigenação) (BRASIL, 1988, 1997 e 1998).

A importância de se educar para uma educação pluricultural é de formar novos cidadãos capazes de viver e conviver com as diversidades. Saber que cada ser humano é digno de respeito e direito (BRASIL, 1988).

Por essa razão, a categorização provém de séculos arrastando no tempo e no espaço para que, só, no século XX, ganhar, especificamente, aqui, no Brasil, uma abordagem dos parlamentares em leis que vigoram, leis que regem a educação brasileira.

As legislaturas atuais ganham dimensões e perspectivas, que, somente, por meio do conhecimento que o homem supere as suas dificuldades e podem ganhar respeito, pelo conhecimento intelectual que ele se posiciona (FREIRE, 1959).

Sabe-se que ao longo do percurso histórico do Brasil, houve várias manifestações com reivindicações de liberdade, entende-se, uma a de Império que passa a República, outras foram de raças, opções sexuais e diferenças sociais socioeconômicas. Mas, aqui cabe somente a étnico-racial.

Educar remete a conceber novos conceitos, esses por sua vez possibilitam meios de vivências adequados às necessidades humanas dos cidadãos. Os modelos que arrolaram séculos chegaram a modernidade, e, por isso precisou-se de uma legislatura que contemplassem e pudesse amenizar o cidadão descendente das etnias negra e indígena para superar e dar valor naquilo que eles não tiveram acesso no passado e no presente.

As leis vieram para extrair um racismo cristalizado nas mentes das pessoas, porque a partir de punições, danos morais elas podem se sentirem que isso não pode continuar

acontecendo. A lei é um reforço daquilo que é obrigatório, mas não precisaria ser imposto, exigido.

Nesse contexto, a discriminação, raça, preconceito racial e racismo são termos acima supracitados que surgiram a partir das transformações sociais e das inquietações dos grupos e das manifestações em reafirmar que a etnia negra ou indígena não é menos intelectual do que a branca.

Nessa tangente, a legislação brasileira aparece para apontar, direcionar os principais direitos no que se refere à discriminação, raça, preconceito racial e racismo com as Leis: nº 9.394/96, 10.639/03 e 11.645/08.

Ao criarem-se leis de reparações, correções das desigualdades raciais e sociais, fundam--se, políticas públicas norteadas na correção à discriminação, a raça, ao preconceito racial e ao racismo com oferta de tratamento diferenciado sob o olhar das corretivas sofridas ao longo dos séculos em “desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória¹”. Nesse certame, pode-se verificar que os oprimidos sempre estão em desvantagens na mira dos opressores, pois esses fazem a elitização nacional.

Contudo, a escola é o ambiente que busca a não reproduzir estereótipos por ter um discurso de pratica letivo regulamentado como discurso pedagógico. Mas busca reduzir os estereótipos negativos em relação ao positivo de viver e conviver, socialmente.

O estado brasileiro determina por meio legislativo que a cultura discriminatória deve ser menor que o *ethos* e por isso aquela perpassa tempo e espaço e resiste às estratégias de luta contra a opressão, a subordinação relativa à população negra e indígena brasileira.

Sabendo-se que a discriminação é uma questão social, os negros, os indígenas reuniram-se em grupos e movimentos para defender a sua etnia para ascensão cultural, e, por essa razão, as escolas, hoje, se tornou lugar de acolhida, recepção de qualquer raça, religião para que todos sejam dignos de respeito. Desse modo, para que as pessoas sejam capazes de interagirem entre si para a construção de um país mais híbrido e democrático, em que cada um, tenha, igualmente, os seus direitos assegurados e a sua identidade preservada.

Em reflexão sobre as leis: número 9.394/96 e número 11.645/08 que corrobora que, no Brasil, há discriminação, raça, preconceito racial e racismo no pleno desenvolvimento do ser humano sabe-se que aquela expõe os princípios gerais da educação brasileira e essa estabelece as finalidades específicas das etnias que sofrem essa segregação racial, não por escolha, mas pela

¹ CNE/CP 003/2004, 2002, p. 4. Disponível em:

<http://www.ead.unimontes.br/ava/extensao/ead/mod/resource/view.php?id=2258>. Acesso: 11/06/2014 às 05:55.

condição social imposta pela cultura brasileira, ocasionadas pelos períodos: Colônia, Império e República.

Por isso, hoje, faz-se necessário leis claras, objetivas para evitar que os grupos sociais que sofram algum tipo de preconceito sejam punidos e que a sociedade desenvolva sob princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana o respeito mútuo a partir de uma sociedade reeducada para a vida e para a vivência.

Assim, inventariam dez² possibilidades de atividades para se trabalhar as relações étnico-raciais e a história e cultura africana e afro-brasileira.

Desse modo, têm-se como atividades interdisciplinar³ no âmbito escolar:

1. A escola deve posicionar-se criticamente em relação aos fatos étnico-raciais, mediante informações corretas, cooperando no esforço histórico de superação do racismo e da discriminação com: seminário, debate, congresso e mesa redonda;
2. por meio do convívio escolar possibilita conhecimentos e vivências que cooperam para que se apure sua percepção de injustiças e manifestações de preconceito e discriminação que recaiam sobre si mesmo, ou que venha a testemunhar — e para que desenvolva atitudes de repúdio a essas práticas a partir de rodas de conversas e rodas de músicas;
3. o tema relações étnico-raciais oferece oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiro e como participante de grupos culturais específicos a partir de pesquisas de campo, ou seja, na literatura de tradição oral;
4. as brincadeiras, dinâmicas de grupos exige do professor atitudes compatíveis com uma postura ética que valoriza a dignidade, a justiça, a igualdade e a liberdade. Exige, também, a compreensão de que o pleno exercício da cidadania envolve direitos e responsabilidades de cada um para consigo mesmo e para com os demais, assim como direitos e deveres coletivos. Traz, para os conteúdos relevantes no conhecimento do Brasil, aquilo que diz respeito à complexidade da sociedade brasileira: sua riqueza cultural e suas contradições sociais.
5. as feiras de geociências ao <<expor e mostrar>> as diversas formas de organização social desenvolvidas por diferentes comunidades étnicas e diferentes grupos sociais, explicita que a pluralidade é fator de fortalecimento da democracia pelo adensamento do tecido social que se dá, pelo fortalecimento das culturas e pelo entrelaçamento das diversas formas de organização social de diferentes grupos;

² Este trabalho fez algumas adaptações a partir do PCN de Pluralidade Cultural e Sexualidade disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf> acesso em: 22/06/2014 às 09:23.

³ ANTUNES, C. C. O ensino de língua portuguesa pelo coordenador pedagógico: a mediação de leitura em aula para aluno em reforço escolar. *In.::* Verbum. Cadernos de pós-graduação. ISSN 2316-3267. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/14825> acesso em: 25/06/2017 às 10:18.

6. reflexões in loco e sobre as legislações e suas aplicabilidades no ambiente trabalho poderá
É possível identificar no cotidiano as muitas manifestações que permitem o trabalho sobrepluralidade: os fatos da comunidade ou comunidades do entorno escolar, as notícias de jornal, rádio e TV, as festas das localidades, estratégias de intercâmbio entre escolas de diferentes regiões do Brasil, e de diferentes municípios de um mesmo Estado , também, uma atividade para entender e compreender as relações sociais étnicas;

7. auto, peça teatral, paródia são importantes para abrir espaço para que a criança e o adolescente possam manifestar-se. Viver o direito à voz é experiência pessoal e intransferível, que permite um oportuno e rico trabalho de Língua Portuguesa. Assim também o exercício efetivo do diálogo, voltado para a troca de informações sobre vivências culturais e esclarecimentos acerca de eventuais preconceitos e estereótipos é componente fortalecedor do convívio democrático;

8. os cantos, as lendas, as danças, contar e recontar histórias, apresentar-se batuques, danças e músicas populares é forma do aluno aprender a posicionar-se de forma a compreender a relatividade de opiniões, preferências, gostos, escolhas, é aprender o respeito ao outro. Ensinar suas próprias práticas, histórias, gestos, tradições, é fazer-se respeitar ao dar-se a conhecer;

9. atividades que circulam diversos gêneros textuais (poesias, canções, poemas, narrativas, contos, fábulas) enriquecem e permite que a informação deverá permitir um repertório básico referente à pluralidade étnica suficiente tanto para identificar o que é relevante para a situação escolar como para buscar outras informações que se façam necessárias; e,

10. Exposição de estilos de cabelo ou penteado, moda culinária é uma atividade que é existencial da cultura étnico-racial e se divulga com a tecnologia e modos de vida próprios desses grupos também são pontos obscuros de uma história do Brasil que está para ser contada: a história dos negros, dos índios, dos imigrantes e migrantes.

Por esse prisma, sabe-se que há uma importância de um estudo integrado entre linguagens e educação para a construção de uma sociedade mais cidadã (BRASIL, 2002). Por essa razão, o estudo de texto integrado entre linguagens e educação exigirá, portanto, na etapa da textualização, que se aborde a construção de uma sociedade mais cidadã, nessa sequência refletindo-a como organismo que (re)cria e (re)constrói textos em anos escolares em que ela encontra-se inserida.

Uma obra organizada por esfera temática dar suporte as áreas de conhecimento pela organização em que os textos podem ser agrupados, seja eles por temas, por teorias ou por

tipologias, cujo estudo muito, provavelmente, se fará pelos temas ancorados na temática do suporte de circulação midiático.

Os livros apresentam-se os capítulos em subtemas na ordem da importância do estudo integrado entre linguagens e educação para a construção de uma sociedade mais cidadã, pois inseri um percurso de estudo de textos, que se inicia pelo reconhecimento e reanálise do seu contexto de produção, circulação, recepção e pela identificação da tipologia na medida em que se faz a operação de contextualização e retextualização.

Identifica-se o tema, ou tópico discursivo abordado ao prosseguir com a operação temática que passa pelo reconhecimento das vozes do texto e de seus posicionamentos diante do tema, conhecido como operação de enunciação e vai culminar com o estudo das sequências discursivas que constituem o texto, também, nomeado como operação de textualização (SEE – MG, s/d).

Marcuschi (2017)⁴ postula que a abordagem de todo e qualquer gênero literário exigirá o estudo dos tópicos de contextualização, tematização e enunciação, e, pelo menos, de um tópico de textualização, conforme o tipo de discurso ou de sequências discursivas que ele apresenta.

É verdade que a compreensão e a produção de textos não se fazem linearmente, o que torna possível iniciar o estudo por qualquer um dos capítulos. Contudo, na sequência acima proposta, há uma progressão contínua da pragmática para as partes do discurso segundo Silveira (2012).

Sabe-se que o objeto de estudo, a linguagem, mostra-se diferente aos olhos do observador, conforme ele a investigue. Por exemplo, como representação do pensamento, e este como representação do mundo. Entretanto, é indistante saber que no uso cotidiano da língua, não se pensa, conscientemente, em formas para traduzir conteúdos, nem em conteúdos preexistentes que buscam formas. Forma e pensamento nascem juntos; nossos pensamentos e representações são feitos de palavras e se constroem na interação contextualizada com o outro, ou no diálogo interno com outros discursos também feitos de palavras – substâncias (ARNAULD e LANCELOT, 2001).

O sistema de ensino tradicional de língua portuguesa sempre privilegiou o estudo da forma em detrimento do sentido e da função sociocomunicativa. E segundo, Silveira (1982 e 2008) as análises fonética, morfológica e sintática pretendem descrever a língua como um

⁴MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais1: definição e funcionalidade. **Disponível em:** https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAneros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf. Acesso: 25/06/2017 às 18:31.

sistema de regras que, uma vez aprendido, habilitaria, automaticamente, o aluno a ler e a escrever bem. Essa concepção reduziu com frequência a aula de língua portuguesa, a uma aula de gramática normativa e, conseqüentemente, contribuiu para sedimentar uma visão preconceituosa acerca das variedades linguísticas, visão que opõe o “certo” e o “errado” e supõe, enganosamente, a existência de um padrão linguístico homogêneo.

Dessa forma, não se pretende negar à língua seu caráter de sistema de signos pancrônicos. É preciso, porém, levar o aluno a compreender que ela é um sistema que se modifica pela ação dos falantes nos processos de interlocução e por isso é um organismo vivo (ANTUNES, 2014).

A linguagem enquanto meio de comunicação é por natureza heterogênea, variada, perceptível ao contexto de uso e na ação dos usuários. Assim, prevê o trabalho linguístico dos interlocutores no processo de produção de sentido. Tem uma estruturação construída, historicamente, pela atividade coletiva dos falantes, na interlocução e para a interlocução. Não é uma estrutura fechada em si mesma, acabada e disponível para o uso como instrumento.

Os estudos das manifestações literárias podem contribuir, significativamente, para articular, externamente, a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias com a área de Ciências Humanas, Naturais e História Natural, uma vez que favorece o desenvolvimento do eixo de Contextualização Sociocultural, previsto pelas referências e propostas curriculares em ações biossociais e psicomotoras (BRASIL, 2002).

Os textos literários oferecem oportunidade para a compreensão dos processos simbólicos, historicamente, contextualizados, bem como para a compreensão das identidades culturais nacionais, regionais e das circunstâncias históricas, sociológicas, antropológicas de sua formação (SEE – MG, s/d).

Os estudos linguísticos atuais mostram que o usuário da língua pode se mostrar competente para interpretar, produzir determinado gênero de texto, conquanto não qualquer um, pois cada situação comunicativa lhe faz exigências específicas. Essa verificação joga por ar a concepção de que se pode ensinar um gênero prototípico de texto, a partir do qual o aluno se tornaria capaz de produzir e interpretá-los em suas práticas sociais.

Essa consideração se enlaçaria para expandir as possibilidades de uso da língua, inclusive e em especial textos produzidos em situações de interação diferentes daquelas do universo imediato do aluno. Contemplar a diversidade não significa homogeneidade, mas, pretender ensinar todos os gêneros é faltar humildade, até porque eles são, praticamente, em número ilimitado, criam-se e recriam-se, historicamente, o querer ensinar todos os gêneros de uma só vez. No entanto, é preciso flexibilizar e controlar as vias, e as etapas de acesso no

campo educativo ao estabelecer pontes entre ao menos abstrato ao mais concreto entre as formas de pensamento e a linguagem do homem (substância).

Bibliografia

ANTUNES, C. C. Um estudo das regras de uso do hífen, segundo o Acordo Ortográfico de 1990. Dissertação de Mestrado PUC-SP, 2014.

ARNAULD, Antoine. LANCELOT, Claude. Tradução de Bruno FregniBassetto e Henrique Graciano Muracho. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COLOMER, Teresa. CAMPS, Ana. Ensinar a ler, ensinar a compreender. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FREIRE, PAULO. Educação e atualidade brasileira. Recife: Universidade Federal do Recife, 139p. (tese de concurso público para a cadeira de História e Filosofia da Educação de Belas Artes de Pernambuco), 1959.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE – MG). Proposta Curricular de Conteúdos de Língua Portuguesa: Ensinos Fundamental e Médio. Belo Horizonte: SEE – MG, s/d.

SILVEIRA, R. C. P. Textos do discurso científico: pesquisa, revisão e ensaio. São Paulo: Terracota, 2012.

_____. Uma pronúncia do português brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Estudo de fonética do idioma português. São Paulo: Cortez, 1982.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.